



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

JOSILDO DOS SANTOS SILVA

**O CONCEITO DE TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DOS
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE BAYEUX-
PB**

JOÃO PESSOA/PB
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
JOSILDO DOS SANTOS SILVA

**O CONCEITO DE TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DOS
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE BAYEUX-
PB**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para obtenção do grau de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria de
Fátima Ferreira Rodrigues

JOÃO PESSOA/PB
2015

JOSILDO DOS SANTOS SILVA

**O CONCEITO DE TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DOS
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE BAYEUX-
PB**

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia
pela Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues - Orientadora

Prof^o. Dr^o. Antônio Carlos Pinheiro - Examinador (a)

Prof^o. Dr^o Wilson Honorato Aragão - Examinador (a)

Aos meus pais João Estrela e Josefa Maria

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, porque só dele vem à força para realizarmos todos os nossos objetivos. Em especial agradeço a minha orientadora a Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Rodrigues, pela atenção e apoio durante o processo de orientação. Ao Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba, pela oportunidade de realização do Curso de Geografia. A direção da Escola Municipal João Fernandes de Lima que abriu as portas para que o meu objeto de estudo fosse concretizado. Enfim, a todos os professores que passaram por mim durante a minha trajetória na graduação e contribuíram para o meu amadurecimento acadêmico e profissional.

RESUMO

Neste trabalho analisamos o conceito de Território na concepção dos professores de geografia e nos livros didáticos do 7º ao 9º ano do ensino fundamental no município de Bayeux-PB na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Fernandes de Lima. O mesmo teve como objetivos específicos: identificar os saberes docentes sobre Território e sua correlação com o livro didático de geografia, investigados a partir dos recursos didáticos utilizados pelos professores ao introduzirem o conceito de Território no repertório dos discentes. Para conseguirmos alcançar tais objetivos foi necessário desenvolver uma pesquisa geográfica em três momentos complementares, a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Os fundamentos teóricos foram ancorados numa perspectiva crítica nos seguintes autores: Haesbert (2007), Raffestin (1993), Souza (2003), Saquet (2009), dentre outros autores que investigam o conceito de território na contemporaneidade. A partir da pesquisa de campo foi possível compreender que o conceito de Território deve ser trabalhado em sala de aula levando em consideração os diferentes territórios dos quais os alunos fazem parte, nos quais eles constroem seu cotidiano, individualmente ou em grupos. Nessa perspectiva, é evidente que as demandas atuais para o ensino de geografia exigem um trabalho voltado para a aprendizagem geográfica do aluno, o trabalho do professor consiste, pois, em tornar possível a aprendizagem do aluno, isso significa que o sujeito central do ensino é o aluno com seu processo cognitivo, e o papel do professor é o da mediação.

Palavras-chave: Território. Livro didático. Ensino. Aprendizagem.

ABSTRACT

This study analyzes the concept of territory in the design of geography teachers and didactic books of the 7th to 9th grade of elementary school in the town of Bayeux-PB at City Elementary School John Fernandes de Lima. The same had the following objectives: to identify the teaching knowledge about territory and its correlation with the textbook of geography, investigated from the teaching resources used by teachers to introduce the concept of territory in the repertoire of students. To be able to achieve these objectives it was necessary to develop a geographical survey in three complementary moments, the literature review, the desk research and field research. The theoretical foundations were anchored in a critical perspective on the following authors: Haesbert (2007), Raffestin (1993), Souza (2003), Saquet (2009), among other authors investigating the concept of territory in contemporary times. From the field research was possible to understand that the concept of territory should be worked in the classroom taking into account the different territories of which students belong in which they build their daily lives, individually or in groups. From this perspective, it is clear that the demands on geography teaching require a focused work for geographic learning of the student, the teacher's work is therefore to make it possible for student learning, this means that the central subject of teaching is students with their cognitive process, and the teacher's role is that of mediation.

Keywords: Territory. Textbook. Education. Learning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico I - Escolaridade dos alunos.....	38
Gráfico II - Gênero dos professores.....	39
Gráfico III - Faixa etária dos professores.....	40
Gráfico IV - Palavras chaves sobre território.....	41
Gráfico V - O livro didático e o conceito de território.....	42
Gráfico VI - Recursos didáticos e o conceito de território.....	43
Mapa Conceitual sobre o conceito de Território sistematizado pelo professor.....	45
Figura I - Capa do livro de Geografia do 7º ano.....	29
Figura II - Capa do livro de Geografia do 8º ano.....	31
Figura III - Capa do livro de Geografia do 9º ano.....	32
Quadro I – Quadro ilustrativo sobre o território e os conceitos chaves nos livros didáticos.....	33

LISTA DE SIGLAS

BNCC- Base Nacional Comum Curricular.....	26
CF - Constituição Federal.....	26
CONAE - Conferência Nacional de Educação.....	23
CNE - Conselho Nacional de Educação.....	24
DNEDH- Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos..	25
EDH - Educação em Direitos Humanos.....	25
EJA - Educação de Jovens e Adultos.....	37
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	20
MEC - Ministério da Educação.....	38
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais.....	20
PNE - Plano Nacional de Educação.....	23
PEA - Programa Escola Aberta.....	36
PPC - Programas Pedagógicos de Cursos.....	26
PME - Programa Mais Educação.....	35
PPP - Projeto Político Pedagógico.....	21
PSF - Posto de Saúde da Família.....	37
SRM - Sala de Recursos Multifuncionais.....	36
UFPB - Universidade Federal da Paraíba.....	03

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - CONCEITUAÇÃO DE TERRITÓRIO	13
1.1 - Breve histórico do conceito de Território.....	13
1.2 - Território nas perspectivas materialistas.....	18
CAPÍTULO II - UMA ANÁLISE DO TERRITÓRIO NAS DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO E NOS LIVROS DIDÁTICOS	20
2.1 - Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia	20
2.2 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e a abordagem sobre Território.....	21
2.3 - O Plano Nacional de Educação e os territórios etnoeducacionais	23
2.4 - As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica e os territórios etnoeducacionais.....	23
2.5 - As Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos.....	25
2.6 - A Base Nacional Comum Curricular e o conceito de Território.....	26
2.7 Os livros didáticos de geografia e as abordagens sobre Território....	29
CAPÍTULO III - A VISÃO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO	35
3.1 - A escola pesquisada e os seus territórios e territorialidades.....	35
3.2 - Análise dos dados.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
Referências.....	48
Apêndice	

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz como título “O conceito de território: uma análise da concepção dos professores do município de Bayeux-PB”, o mesmo, teve como objetivo geral analisar o conceito de Território na concepção dos professores de geografia e nos livros didáticos do 7º ao 9º ano do ensino fundamental no município de Bayeux-PB, e como objetivos específicos: identificar os saberes docentes sobre Território e sua correlação com o livro didático de geografia, investigar os recursos didáticos utilizados pelo professor para implementação do conceito de Território no repertório dos discentes e contribuir com proposições para o ensino dos conteúdos relacionados a Território no componente curricular Geografia.

Analisar o conceito de Território no repertório do professor de Geografia é importante porque permite traçar o perfil da qualificação profissional do mesmo e avaliar a ação do mesmo na docência. Este perfil pode apontar avanços e/ ou retrocessos no processo de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, este estudo se justifica porque ao investigar a abordagem utilizada pelo professor em sala de aula é possível verificar a coerência do livro didático de Geografia com os saberes docentes cotidianos, o que nos possibilita ampliar nossa visão sobre o conceito de Território e sua relação com o livro didático de Geografia. Subsidiando toda comunidade escolar em futuras escolhas do livro didático e na implementação de novas metodologias e técnicas para a transmissão do conceito de Território.

A partir da minha prática docente lecionando a disciplina de Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental foi possível constatar que o conceito de Território no repertório dos alunos está intrinsecamente relacionado ao conceito de lugar. Daí, a necessidade de o professor de Geografia ampliar o horizonte do conceito de território e diferenciá-lo de outros conceitos geográficos.

A prática docente na atualidade tem sido uma tarefa árdua. Em se tratando do ensino de geografia muitos professores têm observado que muitas crianças e adolescentes têm dificuldades de aprendizagem na disciplina de geografia. Essa realidade reflete um desafio para o professor de geografia que

é o de desenvolver um trabalho docente que resulte em aprendizagem significativa.

Trazer sentido para as aulas de geografia e promover aulas dinâmicas e atraentes tem sido apenas algumas estratégias metodológicas adotadas por muitos docentes. Todavia, sabemos que atrelado às bases teórico-metodológicas do ensino de geografia devem estar uma prática docente que legitime a autonomia dos estudantes e que possibilite os mesmos pensarem em novos paradigmas educacionais.

Esta monografia está dividida em quatro capítulos. No capítulo I, temos a conceituação de território no qual apresentamos um breve histórico do conceito de território, é discutido também o território sob as perspectivas materialistas. No capítulo II é proposta uma análise do território nas Diretrizes Nacionais para educação e nos livros didáticos. O capítulo III constitui-se o ápice da nossa pesquisa onde trazemos a visão dos professores de geografia sobre o conceito de território enfatizando a sua prática docente e os recursos didáticos e metodológicos utilizados na construção do conceito de território.

CAPÍTULO I- CONCEITUAÇÃO DE TERRITÓRIO

Neste capítulo iremos tratar da conceituação de Território a partir de um breve histórico desta categoria geográfica. Nesse sentido, abordaremos o surgimento desse conceito na Geografia e mostraremos sua evolução teórico metodológica a partir de Ratzel (1974), Souza (2003), Foucault (2002), Raffestin (1993) e Haesbaert (2007).

Traremos também uma explanação sobre o território nas perspectivas materialistas. O qual perpassa basicamente por concepções naturalistas e econômicas. Para finalizar esse capítulo abordaremos o conceito de território e territorialidade e sua aplicação na contemporaneidade.

1.1- Breve histórico do conceito de Território

Para compreendermos o conceito de território na contemporaneidade, faz-se necessário revisitarmos o conceito na concepção de vários autores importantes da Geografia. Nessa perspectiva, cabe salientar que, as diversas concepções de território foram elaboradas a partir de contextos históricos distintos.

Os autores contemporâneos que trabalham o conceito de território partem em sua maioria de Friedrich Ratzel, pois este foi o responsável por elaborar o conceito de território na Geografia moderna. Levando em consideração o campo de atuação da Geografia, percebe-se que, a categoria território, juntamente com a paisagem, lugar, região e espaço, é um das principais bases de estudo da Geografia. Vale salientar que Ratzel elaborou o conceito de Espaço Vital, considerado por este autor como o espaço ótimo para a reprodução de um grupo social, considerados assim, os recursos disponíveis que devem ter uma relação de correspondência com as dimensões do agrupamento humano nele existente. Nesse sentido, para Ratzel, o território está definido por meio do elo entre uma dimensão natural (física) e uma dimensão política.

A partir da história do pensamento geográfico e da análise do conceito de território é possível que o professor de geografia faça uma (re) leitura desta categoria no contexto atual. Tendo em vista que sua aplicação é bastante

diferenciada na atualidade, pois, o próprio contexto histórico e a ciência mudaram drasticamente, buscando assim, novos paradigmas, novos métodos e novos problemas. Tudo isso tem repercussão direta na prática docente do professor de geografia, uma vez que o próprio livro didático irá perpassar essas transformações históricas e epistemológicas.

Friedrich Ratzel (1844-1904) foi um dos pioneiros na elaboração e sistematização do conceito de território. Em sua análise, esse está diretamente vinculado ao poder e domínio exercido pelo Estado nacional, de forma que o território conforma uma identidade tal que o povo que nele vive não se imagina sem a sua expressão territorial.

Ratzel foi o primeiro grande autor da Geografia política, em sua obra *Politische Geographie* (RATZEL, 1974) ele nos traz uma discussão sobre o território levando em consideração o referencial político do Estado. Ele enfatiza que “exclusivamente o solo dá coerência material a um Estado, vindo daí a forte inclinação sobretudo da organização de naquele se apoiar” (p.11), nesse sentido, Ratzel trata da territorialidade do Estado-Nação de um modo naturalizado.

Conforme Souza (2003) Ratzel traz uma noção naturalizada de território, pois, ele não discute o mesmo sem desvinculá-lo aos atributos do solo pátrio. Ainda corroborando com as ideias de Souza (2003, p 86), ele esclarece que:

Sintomaticamente, a palavra que Ratzel comumente utiliza não é território (*Territorium*) e sim solo (*Boden*), como se território fosse sempre sinônimo de território de um Estado, e como se esse território fosse algo vazio sem referência aos atributos materiais, inclusive ou sobretudo naturais (dados pelo sítio e pela posição) que de fato são designados de modo mais direto pela expressão *Boden*.

Esta afirmação de Souza nos leva a perceber a importância do conceito de territorialidade nos dias atuais, pois, a partir de uma discussão sobre territorialidade crítica é possível compreender as dimensões políticas e culturais na nossa sociedade. Nesse sentido, fica evidente que Ratzel não teve a preocupação de trabalhar a territorialidade como Souza discute. Até mesmo porque os momentos históricos eram outros.

Foucault (2002) e Raffestin (1993) no século XX trazem uma nova concepção de território, este atrelado as relações de poder. No século XXI temos Haesbaert (2007), que nos trás uma abordagem abrangente sobre o território a partir de três concepções: a materialista (naturalista econômica e a tradicional jurídico-política), a humanista e a perspectiva integradora.

Temos também o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2003) o qual nos adverte que o processo de formação territorial nem sempre ocorre por meio de expressões concretas sobre o espaço. Ele evidencia a existência de múltiplas territorialidades, como as das prostitutas, as do narcotráfico, as do comércio ambulante, entre outras. Na concepção de Souza (2003) “o território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social.” (p.84). Nesse sentido, o território está intrinsecamente atrelado à identidade, por sua vez, nessa perspectiva, um grupo não pode ser entendido sem o seu território.

Assim, os territórios podem possuir um caráter cíclico (que varia com o tempo), móvel (que se desloca nos mais diferentes espaços) e que se organiza a partir de redes que se interligam pelo fluxo de informações ou contatos. Um exemplo de território em rede seria o dos traficantes, que se organizam em células que nem sempre se encontram próximas uma das outras, mas que se articulam em redes de transporte de armas, drogas e comunicação.

Refletir sobre o conceito de território na Geografia nos impõe desafios, pois pressupõe retomar as raízes do termo. No que tange a conceituação de território Haesbaert (2007) enfatiza que as Ciências Sociais começou a negligenciar relativamente o debate sobre o espaço e a territorialidade humana.

Isso, não é recente, desde a década de 1960 há pontos divergentes e polêmicos sobre a conceituação de território. A Geografia que deveria avançar no debate sobre o conceito de território não o fez. Já a Sociologia não aprofundou os aspectos ligados a dimensão espacial/territorial, pois, não se abriu ao diálogo com as diversas áreas das Ciências Sociais.

Ainda corroborando com o pensamento de Haesbaert (2007), cabe salientar que, na Geografia só houve uma preocupação maior pela conceituação de território com o lançamento do livro *Territorialidade Humana*, de Torsten Malmberg (1980, escrito originalmente em 1976), foi uma referência

para época, todavia, como estava fundamentado em uma concepção behaviorista sofreu enormes críticas.

No caso específico do conceito de Território percebe-se que ele é bastante amplo para a Geografia, uma vez que trabalha na perspectiva da espacialidade humana. Segundo Haesbaert (2007) o geógrafo concebe o território na maioria das vezes levando em consideração a materialidade do conceito Território em suas múltiplas dimensões. A partir dessa afirmativa o autor adverte que, o geógrafo deve avançar nos estudos sobre o Território inserindo a dimensão da interação sociedade-natureza.

Para compreendermos a amplitude do conceito de território faz-se necessário entender como outras ciências concebem tal conceito. Ainda corroborando com as ideias de Haesbaert (2007, p.37) para ele o conceito de Território possui as seguintes amplitudes:

(...) A ciência política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

A partir da afirmação acima compreendemos que o conceito de Território dependendo da perspectiva de análise muda o seu sentido. Percebemos nitidamente que tal conceito possui uma enorme polissemia. E no caso específico da Geografia também temos muitas definições para o conceito de Território. Alguns autores como Roger Brunet afirmam que há no campo da geografia seis distintas definições para o Território, outros autores, como por exemplo, Jacques Lévy afirmam que há nove definições para o Território.

Segundo Haesbaert (2007) etimologicamente, a palavra território é derivada do vocábulo latino terra, em latim territorium. Para os romanos, no sistema jurídico o território era concebido como um pedaço de terra apropriado.

Muitos geógrafos confundem o conceito de Espaço e de Território. Segundo Rafestin (1993) esses termos não são equivalentes. Por isso é interessante sabermos distingui-los. Nesse sentido, Rafestin (1993, p. 143) nos orienta que:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

A partir da afirmativa acima Rafestin (1993) deixa claro que o conceito de Espaço é anterior ao de Território. Para este autor o território se apoia no espaço, mas ele não é o espaço. É na verdade uma produção a partir do espaço, que envolve relações de poder. A geografia conforme Rafestin (2010) é dramaticamente ligada à linguagem cotidiana, que por sua vez não tem nenhuma perspectiva teórica. Dessa forma, compreende-se que na linguagem cotidiana o espaço é sinônimo de território e vice-versa (PEREIRA, 2010, p. 14).

Para Milton Santos, encontrar uma definição única para espaço ou para território é uma tarefa muito complexa, pois ele afirma que cada categoria possui diversas acepções, isso significa que os conceitos têm diferentes significados historicamente definidos. Convém salientar, ainda, que, Milton Santos elege as categorias forma, função, estrutura, processo e totalidade como as principais que devem ser consideradas na análise geográfica do espaço; este constitui a categoria principal e auxilia na compreensão do território.

Santos (2000, p. 96) esclarece que:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

Esse teórico enfatiza o território usado e inclui os sujeitos sociais e sua ação. Outro elemento importante que Milton Santos enfatiza na conceituação

de território é a identidade, esta se traduz pelo sentimento de pertencimento independente de fugir aos padrões normativos da sociedade capitalista.

1.2- Território nas perspectivas materialistas

Entender o conceito de território nas perspectivas materialistas é de suma importância para o Geógrafo, pois, este profissional tem como objeto de estudo o espaço geográfico em sua totalidade, levando em consideração os vários aspectos relacionados à sua área de atuação. Como por exemplo, a hidrografia, o clima, a vegetação, a população, o meio ambiente. Os conceitos estão intrinsecamente relacionados e não há como fragmentar os saberes, pois, o geógrafo utiliza em sua prática cotidiana desses diversos conhecimentos para desenvolver a sua prática com eficácia e profundidade teórico-conceitual e prática.

Sendo assim, fica mais fácil compreender a amplitude de território numa perspectiva materialista associando-o aos saberes presentes em nossa sociedade. Este conceito está presente nos diversos meios de comunicação, no trabalho, no livro didático. Nesse sentido, o professor de geografia pode fazer uso desse conceito em várias situações diferentes em sala de aula, levando em consideração que esta é uma categoria de análise geográfica.

Compreender o território a partir de uma visão materialista nos remete a investigar o conceito tendo como categorias as concepções naturalistas, econômicas e jurídico-políticas. Conforme Haesbaert (2007) é possível agrupar as várias concepções de território em quatro vertentes: política, cultural, econômica e natural.

Nos dias atuais não faz muito sentido nos apoiarmos no determinismo geográfico para justificar o território. Não podemos pensar o território como sendo definido simplesmente a partir do comportamento natural do homem. Dessa forma, nós iríamos acreditar que a territorialidade humana é moldada pelo comportamento instintivo ou meramente biológico.

Cabe salientar, ainda, que, os fenômenos atuais, como por exemplo, os conflitos pelo domínio de recursos naturais, deixa evidente que é necessário uma visão ampla sobre tal problemática, não podemos nos limitar apenas a análise simplista levando em consideração apenas os aspectos biológico ou

natural. Pois, isto seria um retorno ao Determinismo Geográfico. Contudo, é necessário ao analisarmos a perspectiva material do território levar em conta a dimensão natural associada às relações sociais, sociedade-natureza.

No campo da Geografia os debates sobre Território e Territorialidade emergiram a partir da década de 1970 impulsionado pelas mudanças ocorridas na sociedade, sobretudo, em função das novas formas de organização sócio-espacial que delimitam, agenciam, controlam pessoas, informações, etc. Nesse contexto de grandes complexidades, as concepções de território e territorialidades são diversas dependendo do enfoque que cada autor utiliza. As territorialidades assim como território, acontecem tanto em situações complexas ou cotidianas, ocorrem em inúmeros contextos sociais, situações e relações.

CAPÍTULO II- UMA ANÁLISE DO TERRITÓRIO NAS DIRETRIZES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO E NOS LIVROS DIDÁTICOS

Este capítulo apresenta uma visão geral sobre os documentos legais da educação: Parâmetro Curricular Nacional (PCN) de Geografia, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos e a Base Nacional Comum Curricular e suas respectivas abordagens sobre território.

A partir da análise dos referidos documentos e dos livros didáticos de geografia é possível estabelecer uma relação direta com o fazer pedagógico, sobretudo, no que diz respeito à abordagem do conceito de território. Dessa forma, é importante salientar que o professor de geografia precisa utilizar diversas estratégias e recursos didáticos com o intuito de promover uma aprendizagem geográfica significativa. O professor pode utilizar algo simples como, por exemplo, a projeção de vídeos e documentários e promover um debate amplo sobre o território.

2.1 - Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia

Inicialmente o PCN de Geografia aborda a necessidade de se construir uma escola pautada na formação cidadã, além disso, este documento enfatiza que sua base está alicerçada nos princípios do respeito às diversidades regionais, culturais, políticas existentes no nosso país. Assim, a proposta do PCN de Geografia é a de inserir no currículo escolar referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras.

Em relação à caracterização da área de geografia o referido PCN faz menção há vários conceitos importantes para a geografia, como por exemplo, lugar, região, paisagem e territorialidade, nessa perspectiva são enfatizados que:

Para La Blache os conceitos de lugar, paisagem e região, como territorialidade, se sobrepunham. A ligação dos homens com os lugares ao longo da História produzia um instrumental técnico e cultural que acabava dando a esses lugares a sua identidade, criando padrões de comportamento herdados e transmitidos a outras gerações. (PCN de Geografia, p.20)

Essa afirmação tão defendida por La Blache deixa evidente que a identidade atrelada à relação do homem com a natureza passou a ser denominada como gênero de vida. Ainda corroborando com as ideias defendidas por La Blache observamos no PCN que a região tem a dimensão de uma realidade territorial concreta, física, por conseguinte, esta representa um quadro de referência para a população que a habita.

O documento nos traz ainda uma discussão sobre a produção acadêmica da geografia nos últimos tempos, percebe-se que, ultimamente está sendo implementada nos currículos escolares novas abordagens as quais levam em consideração as dimensões subjetivas, e, portanto, singulares dos homens em sociedade, dessa forma, há um rompimento direto com o positivismo e com o marxismo ortodoxo.

Nesse sentido, o PCN de Geografia do ensino fundamental enfatiza a necessidade de um currículo interdisciplinar que dialogue com outras áreas de conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia, a Biologia, dentre outras. Dessa forma, é sugerida no documento uma Geografia que não seja apenas centrada na descrição empírica das paisagens, tampouco pautada exclusivamente pela explicação política e econômica do mundo, no entanto, que trabalhe tanto as relações socioculturais da paisagem como os elementos físicos e biológicos que dela fazem parte, investigando as múltiplas interações entre eles estabelecidas na constituição dos lugares e territórios.

Todavia, compete a nós enquanto educadores percebermos se a escola na contemporaneidade tem inserido no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) essa proposta e se os livros didáticos adotados priorizam tais pressupostos citados anteriormente. Daí, a importância da formação inicial e continuada pautada nesses princípios propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

2.2 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e a abordagem sobre Território

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 não faz referência de forma explícita ao conceito de Território. A referida Lei apenas sinaliza a inclusão dos temas ligados a cultura afro-brasileira e indígena, como

este tema deve ser trabalhado de forma transversal no currículo escolar, abre possibilidades para o professor de geografia implementar uma visão mais ampla sobre as territorialidades dos povos das culturas afro-brasileira, como por exemplo os quilombolas e os índios.

Um artigo importante da LDB 9394/96 que faz menção às comunidades tradicionais é o artigo 26 - A, o mesmo estabelece o seguinte:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

A partir da leitura atenta do artigo acima vemos que a obrigatoriedade do estudo sobre da história e da cultura afro-brasileira foi um avanço significativo para o currículo da educação básica. Pois, os livros didáticos também foram modificados tendo em vista contemplar os conteúdos programáticos preconizados pela Lei 11.645/2008, esta lei constitui-se um marco histórico para os negros e os índios que sofreram durante muitos anos a negação dos seus direitos sociais e civis. Contudo, ainda há uma resistência por parte de alguns educadores em inserir na proposta pedagógica da escola tais temática.

Ainda analisando a LDB 9394/96 em seu artigo 26 a mesma preconiza que:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

A partir do referido artigo acima fica claro que o currículo da educação básica deverá ter uma base nacional comum, essa, para ser implementada

deverá passar por discussões, debates, seminários, com toda sociedade civil. Este deve ser o momento onde nós educadores devemos levar para a discussão temas ligados ao respeito e resgate das comunidades tradicionais, suas identidades e seus territórios etnoeducacionais.

2.3 - O Plano Nacional de Educação (PNE) e os territórios étnico-educacionais

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um documento com diretrizes para políticas públicas de educação para o período de 2011 a 2020. O projeto original saiu dos debates ocorridos na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, com o intuito de substituir o primeiro plano (2001-2010).

O Plano Nacional de Educação vigente no seu artigo 7 e inciso 4 estabelece que:

§4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

Essa afirmação acima possibilita cada comunidade escolar repensar as suas práticas pedagógicas e inserir no Projeto Político Pedagógico da escola os temas ligados aos territórios étnico-educacionais, priorizando sobretudo a identidade destes povos.

2.4 - As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e os territórios etnoeducacionais

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica ao tratar da Educação Escolar (BRASIL, 2013) Indígena enfatiza o conceito de Território como um dos objetivos para a efetivação de uma educação escolar indígena de qualidade, no referido documento o território é citado objetivando:

e) fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fornecendo diretrizes para a organização da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito dos territórios etnoeducacionais;

h) zelar para que o direito à educação escolar diferenciada seja garantido às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, BRASIL, 2013, P. 377)

O direito aos territórios etnoeducacionais já está explícito no referido documento, porém, o questionamento que se faz é o seguinte, como a escola contemporânea tem discutido esse tema, além disso, é preciso ressaltar a importância da implementação de discussões mais amplas tanto nas formações iniciais quanto continuada. Para que haja de fato uma inclusão nos planos de cursos dos educadores no Projeto Político Pedagógico das Escolas e nas discussões entre toda sociedade civil organizada.

O currículo escolar precisa ser significativo, principalmente para estas comunidades tradicionais que já tiveram o direito ao saber sistematizado alienado durante muitos anos, o ambiente escolar precisa promover o direito a aprendizagens significativas, onde esses povos indígenas possam reafirmar a sua identidade cultural e territorial e, sobretudo, de pertencimento étnico.

Ainda discutindo os territórios etnoeducacionais, cabe salientar que, houve um avanço significativo na legislação vigente, pois, através da Resolução nº 5, de 22 de Junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE), na seção II – Dos territórios etnoeducacionais, no seu artigo 27, ficou determinado que:

Art.27 Os territórios etnoeducacionais devem se constituir nos espaços institucionais em que os entes federados, as comunidades indígenas, as organizações indígenas e indigenistas e as instituições de ensino superior pactuarão as ações de promoção da Educação Escolar Indígena efetivamente adequada às realidades sociais, históricas, culturais e ambientais dos grupos e comunidades indígenas.

3º Os territórios etnoeducacionais estão ligados a um modelo de gestão das políticas educacionais indígenas pautado pelas ideias de territorialidade, protagonismo indígena, interculturalidade na promoção do diálogo entre povos indígenas, sistemas de ensino e demais instituições envolvidas,

bem como pelo aperfeiçoamento do regime de colaboração.
(BRASIL, 2012)

Tal documento já traz uma preocupação pelas ideais de territorialidade, algo que ainda não está sendo discutido nos livros didáticos analisados. É abordada a importância de se discutir a cultura indígena, como forma de promover e ampliar o diálogo intercultural entre o Estado brasileiro e os povos indígenas.

2.5 - As Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (DNEDH)

As Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa, visa romper com os paradigmas autoritários e intransigentes, o qual durante muitos séculos expandiu as múltiplas formas de violências contra a pessoa humana, de forma antidemocrática.

Através da Resolução Nº 1, de 30 de Maio de 2012 o Conselho Nacional de Educação estabeleceu as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (DNEDH). Tal dispositivo legal preconiza no artigo 6º o seguinte:

Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

O referido artigo estabelece que as escolas implementem no seu PPP a Educação em Direitos Humanos (EDH) através de temas transversais que levem em consideração os princípios da EDH. Essa não é uma tarefa tão simples assim, pois, muitos educadores tem resistência em trabalhar temas ligados aos Direitos Humanos, muitos ainda perpetuam o discurso da mídia manipuladora sobre os Direitos Humanos.

Ainda analisando o artigo 6º vemos que o Regimento Escolar também deve estar alicerçado na EDH, este elemento é de suma importância para não haver nenhum tipo de violação de direitos de toda Comunidade Escolar. Todavia, é interessante que o Regimento Escolar seja construído com a participação de todos e que o produto final resulte da real necessidade da maioria. Os direitos e os deveres contidos no Regimento Escolar precisam ser cumpridos, por isso é importante a construção destes de forma coletiva.

As instituições de ensino superior também exercem um papel importantíssimo na efetivação da EDH, pois, na formação inicial cada curso através dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) deve inserir ementas que desmistifique os conceitos errôneos sobre os Direitos Humanos. É interessante promover constantes diálogos com os futuros profissionais sobre a importância de educar em direitos humanos numa perspectiva transversal.

Em relação aos materiais didáticos e pedagógicos, cabe aos especialistas da educação e aos professores ficarem atentos se estes estão respeitando os princípios da EDH, os livros didáticos tem de estar de acordo com as DNEHD, o território precisa ser implementado levando em consideração tais princípios.

2.6 - A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o conceito de Território

Recentemente, todas as escolas do nosso país estão passando por um processo de discussão sobre a implementação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o documento propõe um amplo debate sobre o currículo escolar atrelado às novas necessidades da comunidade escolar.

A partir dessa afirmação é notório que um dos pontos positivos do documento é o caráter eminentemente democrático, a BNCC vem reafirmar a necessidade de construir um currículo nacional comum já preconizado na Constituição Federal (CF) de 1988, na LDB 9394/96, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no Plano Nacional de Educação (PNE) dentre outros planos e diretrizes nacionais para a educação básica.

A Base Nacional Comum Curricular salienta que 60% do currículo nacional têm de ter essa base comum e 40% deve ser complementada com o currículo local e regional. Alguns educadores divergem sobre este documento,

no entanto, cabe salientar que este ainda não é um documento definitivo, sua versão final só ficará pronta quando cada estado do Brasil enviar sua proposta e houver uma sistematização deste documento, a previsão é que em Julho de 2016 o documento seja efetivado.

A partir da implementação de mais um documento legal na nossa legislação educacional o que muda nas práticas pedagógicas cotidianas? Na verdade a escola terá de repensar o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) os recursos didáticos utilizados e o fazer pedagógico, uma vez que o currículo escolar vai ser modificado em sua base.

Em relação aos recursos didáticos sabemos que o livro didático ainda continua sendo uma das principais ferramentas do processo de ensino aprendizagem utilizado pelo professor. Nesse sentido, o livro didático também irá aos poucos se modificar para atender às demandas dessa nova realidade educacional, que em suma pressupõe o direito às novas aprendizagens.

Garantir o direito às novas aprendizagens diz respeito a trabalhar o currículo sem omitir determinados conhecimentos necessários aos estudantes para a construção de um cidadão crítico, reflexivo e competente para inserir-se no mercado de trabalho tão competitivo como o nosso. A concepção abordada na BNCC é a de trabalhar o currículo por áreas de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar e transversal, para isso é preciso um conhecimento amplo sobre as várias áreas do saber acadêmico.

Em relação ao componente curricular de geografia do ensino fundamental a Base Nacional Comum Curricular situa a geografia na área das Ciências Humanas. A visão interdisciplinar na Geografia é apresentada da seguinte maneira:

O diversificado conjunto que atravessa a Geografia escolar permite articulá-los a outros componentes curriculares. À Matemática, em raciocínios de extensão, de proporção, de cálculos em escalas, de quantificações em taxas populacionais; de medições em altitudes, alturas e profundidades, por exemplo. Às Ciências da Natureza, na compreensão sobre processos climáticos, geomorfológicos, geológicos, astronômicos e na análise ambiental, entre outras aprendizagens. Às Linguagens, na exploração de registros verbais, imagéticos, corporais e outros, articula a criação de geografias em obras culturais, tanto comunicativas como expressivas inaugurantes de novas espacialidades e novas

subjetividades. Nas Ciências Humanas, se estreitam as relações entre questões conceituais da Geografia e outros componentes curriculares a partir de problemáticas atuais como violência, diversidades sociais, trânsito, sustentabilidade, tecnologia, miséria, exclusão, trabalho, lazer, entre outras questões que necessitam de aportes sociológicos, filosóficos, históricos e geográficos, para não se tornarem ensaios fragmentados na leitura do contexto em que se inserem e que acontecem. (Base Nacional Comum Curricular, p.265, 2015).

A partir das afirmações acima, percebe-se que o currículo de Geografia na visão interdisciplinar é bem mais abrangente, possibilitando aos alunos uma visão mais ampla do mundo e do conhecimento interligados a outras áreas do saber. A escola nessa ótica é o lugar onde o aluno se reinventa em sua particularidade, além disso, ele experimenta, cria e produz saberes na coletividade. Esta é uma das propostas da BNCC, a construção do saber de forma coletiva e integrada aos anseios e necessidades dos estudantes da contemporaneidade.

Em relação aos direitos de aprendizagem que fundamentam a BNCC os quais traz subsídios teóricos e práticos para a construção do conhecimento geográfico, destaca-se no referido documento os seguintes saberes formativos:

As Linguagens e o Mundo: a apropriação de conceitos da Geografia e o uso de múltiplas linguagens para expressá-los aproxima fazeres escolares e modos de ver, pensar, ler e escrever geografias. A apropriação, pelos/as estudantes, dos conceitos de lugar, paisagem, região, território e escalas geográficas, para pensar e explicar fatos, fenômenos e processos geográficos, requer a compreensão desses conceitos como historicamente construídos e não como fatos em si, mesmos. A utilização de múltiplas linguagens favorece o diálogo com o universo conceitual, na medida em que se conheçam princípios técnicos, tecnológicos e estéticos das linguagens, aplicando-os na criação de obras para desenvolver processos de investigação, de expressão e de comunicação de temas geográficos. Dentre as linguagens mais utilizadas para compreender, fazer, registrar e expressar geografias, estão a cartográfica, a de modelos, a gráfica, a audiovisual, a pictórica e a fotográfica. (Base Nacional Comum Curricular, p.267, 2015).

Esses saberes deverão ser desenvolvidos ao longo dos anos do Ensino Fundamental de forma integrada ao Projeto Político Pedagógico da escola. Em relação ao conceito de território ele é citado na BNCC e deve ser estudado em conjunto com outros conceitos geográficos como: lugar, paisagem e região. Na

verdade são conceitos chaves para compreendermos a percepção de espacialidades vividas e da alteridade, como elemento formador de processos espaciais geográficos.

2.7 - Os livros didáticos de geografia e as abordagens sobre território

Convém salientar que analisamos apenas os livros didáticos de geografia do 7º ano, 8º ano e 9º ano do Ensino Fundamental. Estes livros adotados pela Escola Municipal João Fernandes de Lima denominado Coleção Século XXI: Geografia e participação da Editora IBEP, cujos autores são: Celso Antunes (Bacharel e Licenciado em Geografia), Maria Inês Vieira (Bacharel em Geografia) e Maria do Carmo Pereira (Licenciada em Pedagogia).

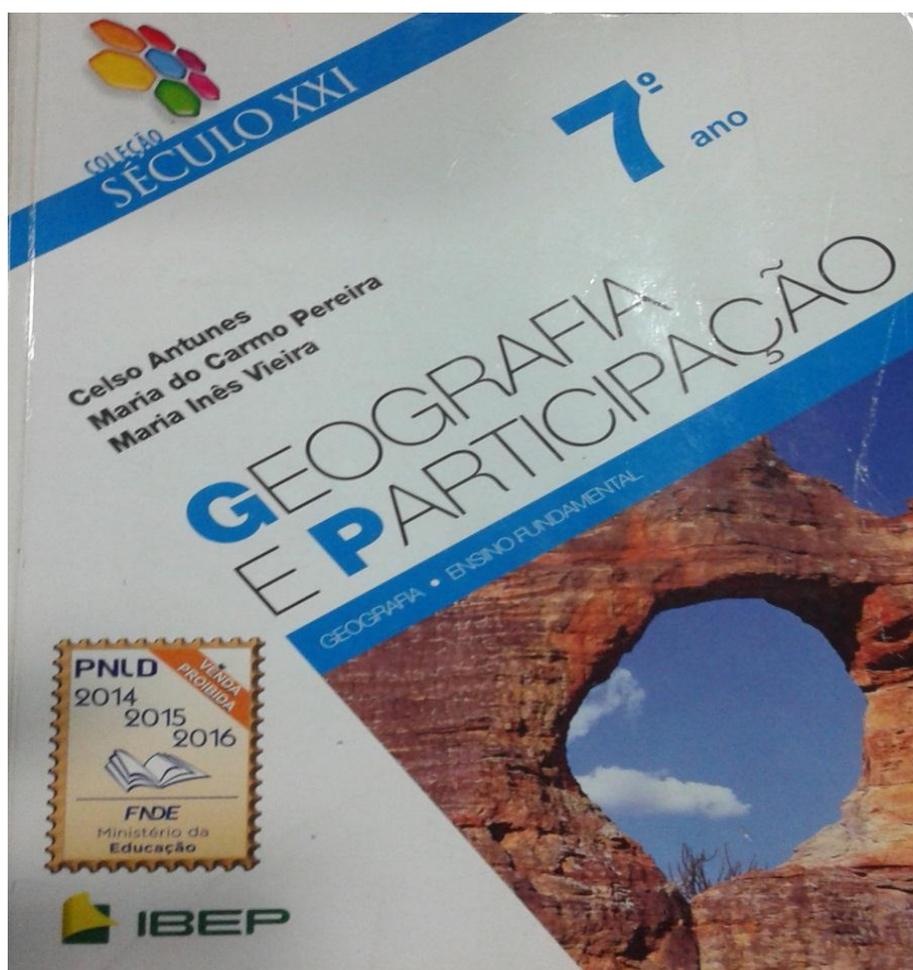


Figura 1 – Capa do Livro Geografia e Participação, de Celso Antunes (2012).

O primeiro livro didático de geografia a ser analisado é o livro do 7º ano, ele está organizado em oito Unidades perfazendo um total de 222 páginas. As Unidades aparecem denominadas da seguinte forma: a população do Brasil, diversidade étnica brasileira, crescimento urbano no Brasil, região norte, região nordeste, região centro-oeste, região centro-oeste, região sudeste e região sul.

O livro didático do 7º ano apresenta na unidade dois uma visão geral sobre a diversidade étnica brasileira, o mesmo dar ênfase a algumas comunidades tradicionais brasileiras, como por exemplo, os indígenas. Ele aborda o território indígena levando em consideração a problemática da demarcação e da proteção ambiental desses povos. Nesse sentido, é ressaltado que para viabilizar a sobrevivência física e cultural desses grupos isolados é preciso que se tomem algumas medidas que resultem na demarcação e na proteção ambiental das áreas onde os índios habitam.

O conceito de território é bastante explorado na Unidade II quando se discute a diversidade étnica brasileira. O território brasileiro é abordado como sendo um lugar que reproduz as Relações de Poder. É enfatizado, por exemplo, que os povos indígenas lutaram com os colonizadores para continuarem no seu território. Muitos indígenas morreram nos conflitos por seu território e, além disso, outros foram vítimas de doenças trazidas pelos portugueses.

Outra comunidade tradicional destacada no livro são as comunidades quilombolas, os territórios dos quilombolas são oriundos das resistências dos povos africanos, os chamados quilombos. Mais uma vez são enfatizados os direitos dos povos tradicionais, através da Constituição Federal de 1988, a qual preconiza que os descendentes de quilombolas têm o direito de definir, oficialmente, sua comunidade como remanescente dos refúgios de escravos, passando a ter o direito à posse da terra onde vivem.



Figura 2 – Capa do Livro Geografia e Participação, de Celso Antunes (2012).

O livro didático do 8º ano está dividido em oito unidades totalizando 183 páginas. As unidades abordam as seguintes temáticas: Nova ordem política, social e econômica, América Anglo-Saxônica: aspectos físicos, aspectos históricos, aspectos humanos e aspectos econômicos, América Latina: aspectos físicos, aspectos históricos e geopolíticos, aspectos humanos e econômicos.

O livro do 8º ano aborda o conceito de território sob a perspectiva da geopolítica, nesse sentido, os limites territoriais perpassam por questões ideológicas e estão ligados intrinsecamente ao conceito de Poder. A hegemonia das ordens econômicas determinam as territorialidades de cada povo.

Após a análise atenta do referido livro ficou evidente que a ordem geopolítica mundial é uma forma usada para entender melhor as mudanças socioeconômicas e geopolíticas que ocorrem no mundo contemporâneo. Nessa

perspectiva, as relações de poder entre os países correspondem à correlação de forças entre eles no plano mundial.

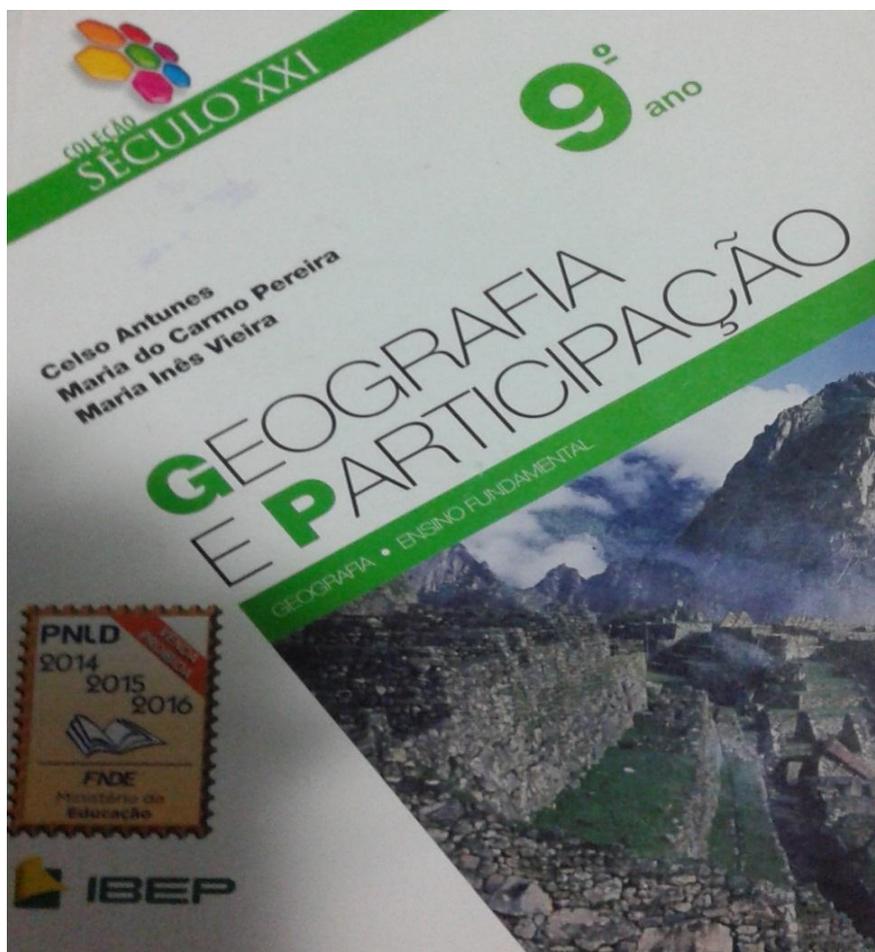


Figura 3 – Capa do Livro Geografia e Participação, de Celso Antunes (2012).

Em relação ao livro didático do 9º ano, o mesmo está organizado em nove unidades. As unidades estão distribuídas da seguinte forma: Europa: aspectos naturais, a Europa e a nova Ordem Mundial, Europa: aspectos humanos, aspectos econômicos, África: aspectos naturais e históricos, aspectos humanos e econômicos, Ásia Ocidental, o Subcontinente Indiano e o Sudeste Asiático e Ásia Oriental.

O território é abordado no livro levando-se em consideração basicamente os aspectos naturais e físicos. Além disso, são discutidos também as influências geopolíticas na divisão da Alemanha e de Berlim e seus impactos nas sociedades contemporâneas.

Território e alguns conceitos chaves nos livros didáticos			
Ano	Conceitos abordados		
7º ano	Território ↓	Região	Lugar
	Diversidade étnica brasileira ↓	Delimitação geográfica ↓	Relações Sociais ↓
	Comunidades Tradicionais	Poder	Escala Identidade
8º ano	Território ↓		
	Geopolítica ↓		
	Poder		
9º ano	Território ↓		
	Territórios Geopolíticos ↓		
	Territórios Étnicos ↓		
	Território e Diversidade ↓		
	Poder		

Quadro 1: Quadro ilustrativo sobre o Território e os conceitos chaves nos livros didáticos

A partir da análise atenta dos três livros didáticos descritos no quadro ilustrativo acima, foi possível perceber que, há uma lacuna no que diz respeito ao conceito de Territorialidade, este, não é abordado em nenhum dos livros pesquisados de forma explícita.

Foi possível compreender também que o conceito de Território abordado nos livros didáticos sempre vem atrelado ao conceito de Poder. Segundo Sack (1986), para haver um território é preciso haver uma delimitação de área, um

controle e uma forma de poder, e os resultados de controle e poder dependem de quem está controlando. (SACK, 1986 apud SAQUET, 2009, p. 52).

Na sociedade capitalista a qual vivemos é bem marcante as contradições na transmissão do Poder, esta pode acontecer de forma explícita ou implícita, nessa lógica percebe-se que o resultado e efeitos do Poder dependem de quem controla. Dessa forma, não há dúvida de que o poder e o controle estão nas mãos de uma minoria que por sua vez consomem de forma exagerada, alienam os trabalhadores explorando o seu trabalho, destroem o meio ambiente, tudo em função do desenvolvimento tecnológico.

O conceito de território tem uma larga utilização na história da geografia, em especial da geografia política. Na atualidade um dos elementos que muitos autores utilizam para definir a sua constituição é o de poder, ou seja, o poder do Estado, os múltiplos poderes exercidos na gestão regional e local, pode ser também os poderes individuais e/ ou de grupos.

Sendo assim, esse conceito está relacionado com problemas relacionais de indivíduos e seus lugares de prática, os quais resultam em formas espaciais, compostas de tessituras e identidades. Como é o caso, por exemplo, de algumas Comunidades Tradicionais.

Ainda há uma lacuna enorme na produção e sistematização de materiais didáticos que abordem os povos tradicionais em especial os povos indígenas, contudo, não queremos aqui afirmar que não estão sendo feitas pesquisas nessa área, porém, essas pesquisas precisam ser transformadas em recursos didáticos para serem trabalhados em sala de aula. Os povos indígenas quando são mencionados nos livros didáticos não é feita referência aos índios da Paraíba, como por exemplo, os potiguaras e os tabajaras.

CAPÍTULO III- A VISÃO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO

Este capítulo é de suma importância para entendermos como se dá a transmissão dos conhecimentos geográficos dentro de uma instituição escolar no cotidiano educativo. Dessa forma, é interessante darmos vez e voz aos professores que atuam diretamente na docência e são um dos responsáveis pela aprendizagem dos educandos.

Entendemos que é interessante situarmos a escola no seu contexto local, pois, a partir dessa localização fica mais clara a análise que será apresentada posteriormente. Nessa perspectiva, destacamos também a análise dos dados da pesquisa de campo o qual será apresentado através de gráficos e trechos das falas dos professores pesquisados.

3.1 A Escola pesquisada e os seus territórios e territorialidades

A Escola Municipal João Fernandes de Lima foi fundada no dia 31 de Janeiro de 1981, na época a administração do município estava sob a responsabilidade da prefeita Severina Freire de Melo.

O nome da escola foi uma homenagem ao Deputado Estadual João Fernandes de Lima, o mesmo era natural de Mamanguape-PB, foi eleito em 1946, empossado em 1947 a 1951, na 1ª Legislatura. Foi Presidente da Assembléia Legislativa em 1949-1950.

A escola pertence ao sistema municipal de ensino e tem uma estrutura física boa em comparação com as demais escolas municipais de Bayeux. O território onde está inserida a escola possui vários territórios de aprendizagens no seu entorno.

Atualmente a escola desenvolve o Projeto de Educação Integral denominado de Programa Mais Educação (PME), este visa integrar os diversos saberes da comunidade escolar, desenvolvendo as habilidades artísticas, culturais, esportivas, pautadas nos princípios dos direitos humanos e da construção da cidadania. O programa funciona no horário oposto do ensino regular e atende atualmente a duzentas crianças e adolescentes, o mesmo tem contribuído de forma significativa para o sucesso escolar dos alunos.

A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais é notória na escola pesquisada, há uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), onde há uma pedagoga e uma psicopedagoga que atuam com os alunos que são da escola e outros que vêm de outras instituições educativas adjacentes, pois a Escola João Fernandes de Lima é uma escola Pólo. Além disso, a escola desenvolve atividades pautadas nos princípios inclusivos tanto no ensino Regular como nas atividades do PME e da SRM.

Na aula de campo foi possível verificar que a escola dispõe de muitos atlas adaptados para alunos com necessidades educativas e especiais, além disso, tem um acervo considerável de mapas em E.V.A. Nesse sentido, é possível que os alunos com deficiência física ou cognitiva possa compreender também o conceito de território e o seu significado concreto, isto, levando em consideração as especificidades de cada estudante.

Recentemente a escola está implementando o Programa Escola Aberta (PEA), o mesmo visa trazer a comunidade para junto da escola, através de oficinas de capacitação profissional os pais dos alunos no final de semana têm a oportunidade de adquirirem novos conhecimentos e também de repassarem os seus saberes, é um programa que traz as famílias para dentro das escolas, isto é bastante positivo, pois, os vários dilemas, anseios e conquistas vivenciados pelos gestores, supervisores e professores são mostrados aos pais, os mesmos têm a oportunidade de junto com a comunidade escolar tomarem decisões que corroborem para solução dos problemas surgidos e, sobretudo, para a divulgação das conquistas dos educandos.

A referida escola está inserida em um território complexo e muito carente do município de Bayeux-PB, a criminalidade é alarmante, além disso, o consumo e o tráfico de drogas fazem com que a comunidade se insira em uma área denominada “área de risco”, nesse contexto de vulnerabilidade vivem as crianças e adolescentes que são atendidos na escola.

Através do relato oral de muitos professores foi possível constatar que a história da referida escola aponta para diversos dilemas enfrentados ao longo dos anos, o estigma de escola “violenta” perpassa os anos, inserindo em seu cotidiano as marcas dos atos de rebeldia. Embora, a escola esteja desenvolvendo um trabalho diferenciado ultimamente, mesmo assim,

permanece na mentalidade das pessoas a visão de que a escola é barulhenta, agitada, etc.

Ao entorno da escola encontra-se diversos órgãos educativos, que promovem diversos saberes, como exemplo podemos citar: a Rádio Comunitária JN, a Associação dos Moradores do Bairro São Vicente, Posto de Saúde da Família (PSF), Igreja Evangélica Assembléia de Deus. Cada instituição desta promove um saber diferenciado, e a clientela da escola participam destas instituições.

Daí, a necessidade de conhecermos a territorialidade da escola, para implementarmos uma prática pedagógica significativa, humanitária, cidadã e, sobretudo, ética. Pois, inserir uma visão democrática exige-se o conhecimento do cotidiano dos educandos, dos saberes existentes no bairro, nesse sentido, partimos do micro para o macro conhecimento.

3.2 - Análise dos dados

Inicialmente gostaríamos de mencionar alguns dados importantes sobre a composição dos instrumentos metodológicos da pesquisa e, por conseguinte, da interpretação dos dados que serão apresentados a seguir.

Para alcançarmos êxito no objeto de estudo deste trabalho, foi necessário desenvolver uma pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Fernandes de Lima. A pesquisa tem caráter qualitativo.

Os instrumentos metodológicos utilizados foram entrevistas semiestruturadas com nove perguntas abertas e/ou fechadas, além de uma revisão bibliográfica nos documentos legais e observação sistemática não-participativa.

Os dados foram coletados em Março e Abril de 2015 no *lócus* da pesquisa, acima mencionado. O universo de participantes foram quatro professores de geografia que lecionam nas séries finais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para sistematizar os dados coletados foram organizados gráficos que sintetizam as respostas dos pesquisados além do trecho das respostas de alguns professores.

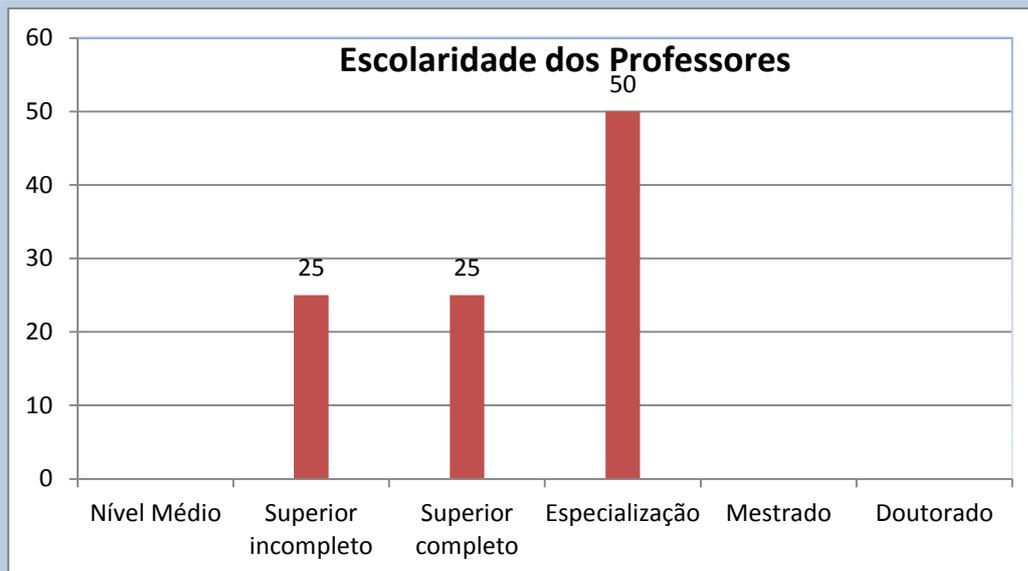


Gráfico I – Escolaridade dos professores

O gráfico acima nos mostra o perfil dos profissionais pesquisados em relação a sua formação acadêmica, 75% deles possuem nível superior completo, o que é um ponto relevante para um bom andamento profissional. Destes, 50% têm pelo menos uma especialização na área da educação. Outro dado importante é que 25% dos professores que ainda não tem uma graduação plena em licenciatura estão cursando.

Em relação aos dados sumarizados acima, fica evidente que estes profissionais possuem formação inicial adequada para sua área, todavia, vemos que nenhum professor possui uma pós-graduação em nível de *stricto sensu* (mestrado e doutorado), os mesmos afirmaram que têm interesse em fazer uma formação mais específica, porém, as instituições públicas oferecem pouquíssimas vagas e as privadas não são reconhecidas pelo Ministério de Educação (MEC), nesse caso, o acesso ao mestrado e ao doutorado ainda é um privilégio de poucos no Brasil.

Outra angústia relatada pelos professores diz respeito à Formação Continuada, esta acontece com pouca frequência e de uma forma muito resumida, além disso, os profissionais da educação não são consultados para aferir os temas mais urgentes a serem abordados nesse tipo de formação. Compreende-se que para que haja um sucesso na prática docente faz-se necessário uma mudança urgente no currículo de geografia e na mentalidade

dos educadores para promover a cultura dos Direitos Humanos e do respeito às Comunidades Tradicionais e aos seus territórios, pois pouco importa investirmos em novos métodos e técnicas se a nossa concepção de educação for arcaica e não respeitar às diversidades do ser humano.

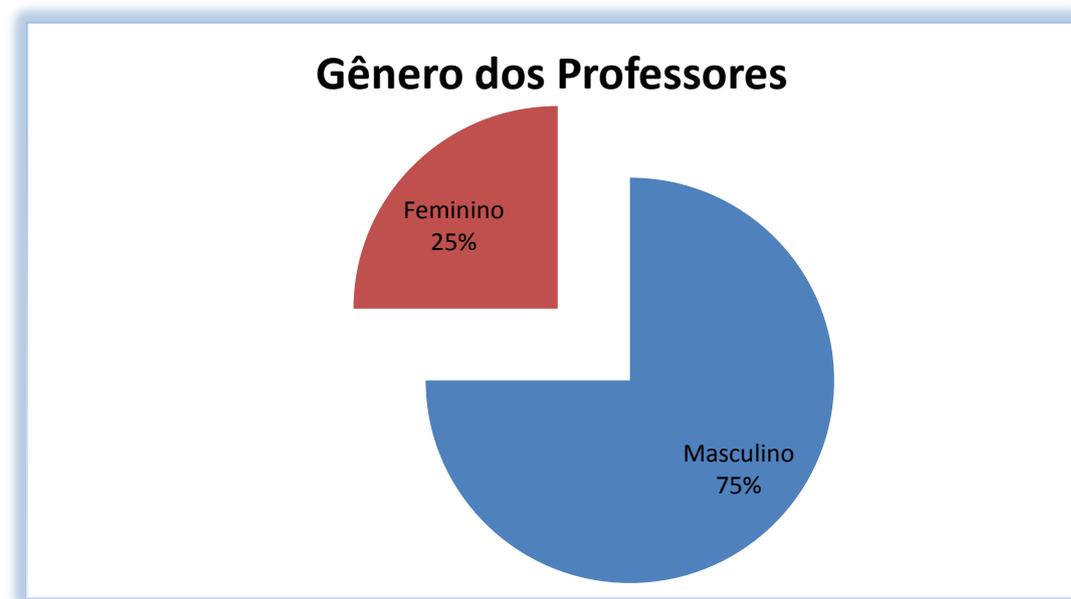


Gráfico II – Gênero dos Professores

Os dados do gráfico II apontam que a maioria dos professores de geografia da referida escola são do sexo masculino, e apenas 25% são do sexo feminino. Não podemos analisar esta informação de forma isolada, mas atrelada aos problemas que o território adjacente da escola apresenta.

Como a escola está inserida em uma comunidade muito violenta muitos professores passam pouco tempo na escola, daí a Secretaria de Educação prioriza os professores do sexo masculino, pois, acreditam que estes têm mais autoridade o que possibilita mais sucesso no processo de ensino e aprendizagem.

Vale a pena lembrar que a docência foi inicialmente uma profissão masculina, onde somente os homens estudavam e ensinavam. Com o passar dos anos as mulheres foram ganhando espaço no magistério devido sua dedicação a esta área e como esta passou a ser vista como uma profissão feminina por excelência, inclusive associando-a a necessidade de qualidades “femininas” como, por exemplo, a maternidade e sensibilidade.

O que vemos na contemporaneidade é que a escola vem passando por diversas transformações, pois, a sociedade está cada vez mais violenta e os estudantes sem estímulos para se dedicar aos estudos daí a necessidade de a escola promover uma aprendizagem significativa incluindo nas aulas de geografia recursos tecnológicos como, por exemplo, a utilização de softwares educativos que possibilitam a compreensão do conceito de território.



Gráfico III- Faixa etária dos professores

A partir da leitura do gráfico acima se percebe que a maioria dos professores está na faixa etária de 25 a 35 anos, a partir dos 36 anos há um declínio na idade, o que nos permiti compreender que na escola pesquisada os professores de geografia são compostos basicamente por profissionais jovens e adultos.

Os professores ainda estão na fase do encantamento pedagógico, onde a mesma pressupõe uma prática docente voltada para amenizar a dura realidade social dos estudantes e complementar a educação que a família não está oferecendo de forma adequada.

É notório que a escola da contemporaneidade vivencia vários desafios afetos às suas práticas pedagógicas cotidianas. Sem dúvida alguma nas duas últimas décadas a instituição educativa tem passado por várias transformações: sociais, éticas, curriculares, dentre outras. No meu ponto de vista, a escola vem aos poucos repensando o seu fazer pedagógico, contudo,

ela ainda não consegue conviver bem com as novas tecnologias e sua repercussão direta no processo de ensino e aprendizagem.

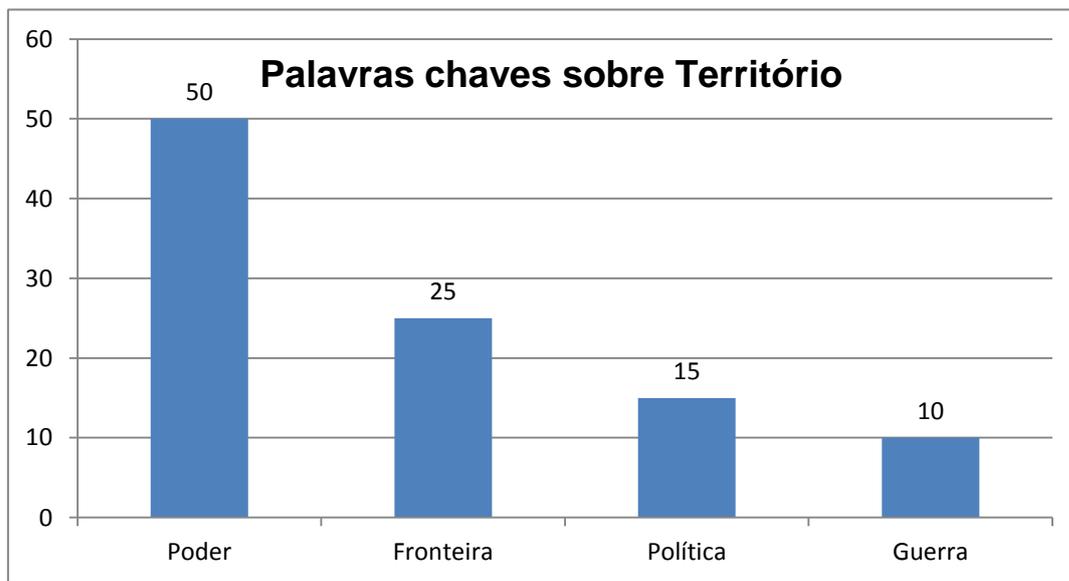


Gráfico IV- Palavras chaves sobre Território

Os professores ao serem questionados sobre quais palavras chaves utilizavam em sala de aula para construir o conceito de Território, responderam o seguinte: 50% disseram que Poder é uma palavra que está intrinsecamente relacionado ao Território, já 25% falaram que fronteira é sinônimo de Território, 15% afirmaram que a Política é o ponto de partida para a discussão sobre o Território e apenas 10% alertaram que a guerra é uma palavra que denota o verdadeiro sentido do Território.

Tal afirmação nos faz perceber que a concepção dos professores sobre Território está atrelada ao Poder. Por conseguinte, aparecem as categorias: fronteira, política e guerra que também correspondem a sinônimos de hegemonia. Esta concepção é reforçada também nos livros didáticos de geografia do Ensino Fundamental.



Gráfico V- O livro didático e o Conceito de Território

O gráfico V nos traz de forma bem objetiva as respostas dos professores sobre o livro didático como um recurso pedagógico utilizado na construção do conceito de Território. A maioria dos professores de geografia 75% afirmaram que o livro didático é sim uma ferramenta muito importante para a construção do saber geográfico em especial do conceito de Território. Enquanto que apenas 25% salientaram que não o livro didático é um recurso falho e não contém elementos importantes para subsidiar a conceituação de Território no repertório dos estudantes da contemporaneidade.

Gostaríamos de destacar que o livro didático ainda é um dos poucos recursos disponíveis nas escolas públicas e que ainda é bastante escasso em muitas escolas, sabemos que os livros didáticos são revisados por especialistas e consultores credenciados pelo Ministério da Educação, e que os conteúdos tem de estar de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, com os Parâmetros Curriculares Nacionais e com todos os documentos legais da Educação, inclusive, com a LDB 9394/96 que salienta a importância de se trabalhar no currículo uma Base Nacional Comum e uma parte diversificada.

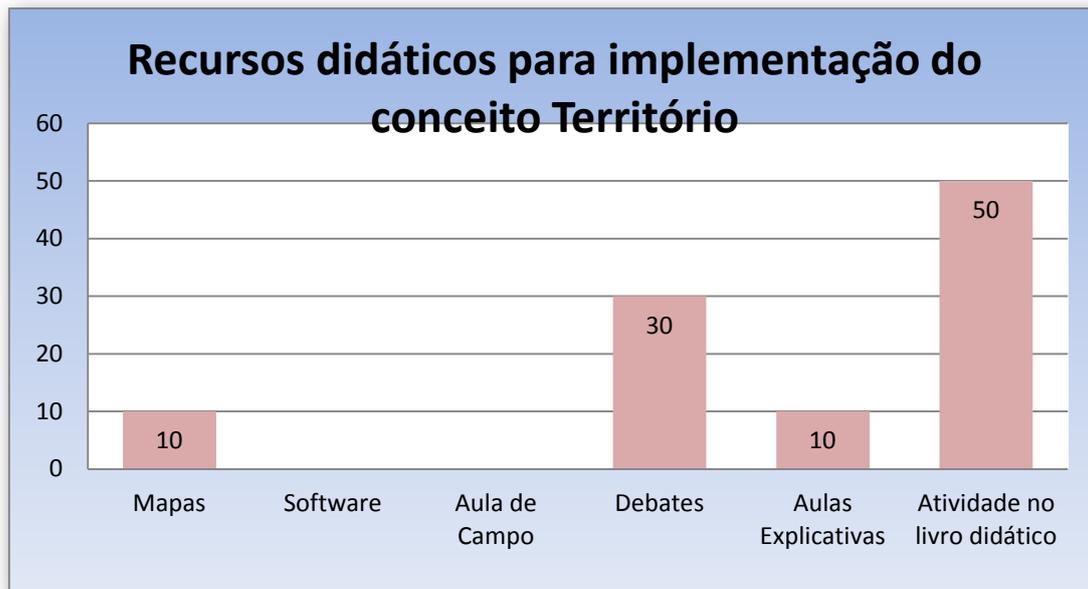


Gráfico VI – Recursos didáticos e o conceito de Território

No questionário também foi contemplada uma pergunta que indaga os professores sobre quais recursos didáticos são utilizados para implementação do conceito de Território. As respostas estão sumarizadas no gráfico VI, a partir da análise de tais dados compreende-se que a metade dos professores 50% utilizam o livro didático como recurso pedagógico para a transmissão do conceito de Território, 30% salientaram a importância do debate para a construção das trocas de saberes geográfico e do desenvolvimento da oralidade, 10% disseram que é importante utilizar a metodologia das aulas explicativas e outros 10% afirmaram que os mapas constituem-se fonte riquíssima de informações geográficas.

Um dado que me chamou atenção é que nenhum professor faz uso de software nas aulas de geografia e também não costumam promover aulas de campos. Nas observações feitas durante a pesquisa foi possível constatar que os professores sentiam-se inseguros para utilizar recursos tecnológicos, inclusive, a escola possui um laboratório de informática com vários computadores, porém, não há nenhum professor na escola capacitado para utilizar tais ferramentas.

Em relação às aulas de campo, os professores afirmaram que há uma enorme resistência dos pais e gestores para promover esse tipo de atividade,

além disso, segundo eles a Secretaria de Educação também não dispõe de ônibus suficiente para atender a demanda do município.

Foi elaborada uma pergunta que questiona se o professor trabalha em sala de aula o conceito de Território e como desenvolve tal conhecimento, uma resposta foi dada por uma professora a qual denominamos aqui pela letra A para manter o anonimato neste trabalho. A resposta dada foi a seguinte:

Trabalho esta categoria geográfica, dizendo que a mesma é a base física sobre a qual um Estado exerce sua soberania, tal qual a maioria dos livros didáticos abordam. Entretanto, procuro mostrar para meus alunos que, o conceito território é bem mais abrangente, uma vez que este tem sinônimo de poder. Para tanto, exemplifico coisas dos seus cotidianos, como, seus quartos, o próprio espaço da sala de aula, as cadeiras e carteiras que eles delimitam para sentarem-se, suas redes sociais, as quais, só eles podem permitir o acesso de outros, o espaço (terreno) de suas casas, que é delimitado por fronteiras, que são os muros, etc., mostrando que essas pequenas coisas, que lhes pertencem, podem ser consideradas territórios. (PROFESSORA A)

A partir da fala da professora acima percebemos que a mesma no processo de ensino e aprendizagem teve a preocupação com o conhecimento prévio do aluno, ela primeiro levou em consideração o que eles sabiam e pensavam sobre território. Este é um ponto positivo na transmissão dos saberes geográficos.

Sem dúvida alguma na prática cotidiana dos adolescentes e jovens estão muito presentes os territórios; nas brincadeiras, nas ruas, nos espaços públicos e até mesmo nos privados, cabe salientar que, suas práticas vão tomando uma dinâmica que requer definições territoriais, muitas vezes explícitas, aí entra o papel mediador do professor. Pois, o ensino é um processo de conhecimento pelo aluno, mediado pelo professor, nesse processo que às vezes é complexo o professor utiliza diversas teorias da educação alicerçada em suas concepções teóricas e metodológicas tendo em vista a diversidade dos estudantes.

Outro professor afirmou que trabalha o conceito de Território por meio de mapas conceituais onde cada aluno expõe o seu ponto de vista sobre o Território e o professor exemplifica e media a situação culminando com a sistematização de tal conceito. Na ocasião da pesquisa de campo o professor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa de campo foi possível compreender que o conceito de Território deve ser trabalhado em sala de aula levando em consideração os diferentes territórios dos quais os alunos fazem parte, nos quais eles constroem seu cotidiano, individualmente ou em grupos. Nessa perspectiva, é evidente que as demandas atuais para o ensino de geografia exigem um trabalho voltado para a aprendizagem geográfica do aluno, o trabalho do professor consiste, pois, em tornar possível a aprendizagem do aluno, isso significa que o sujeito central do ensino é o aluno com seu processo cognitivo, e o papel do professor é o da mediação.

O livro didático de geografia precisa implementar essa visão desmistificadora sobre o território, caso isso não ocorra cabe ao professor inserir no currículo oculto discussões sobre a constituição de território na sociedade, enfatizando os estudantes como protagonistas nesse processo, daí eles precisam saber que podem atuar democraticamente na construção do território local. Isto possibilitará uma compreensão mais ampla sobre os conflitos territoriais seja eles de pequenas ou grandes escalas.

O estudo aponta que no processo de ensino e aprendizagem o livro didático ainda constitui-se como um recurso indispensável na construção do conhecimento geográfico. Contudo, em relação ao território e as territorialidades dos povos tradicionais, em especial os indígenas, vemos que pouco é abordado no livro didático, além disso, os povos tradicionais que os livros trazem não são do estado da Paraíba. Não há uma valorização pela cultura e identidade local destes povos, por conseguinte, se o professor não implementar no currículo oculto essa discussão muitos estudantes não terão acesso a diversidade cultural dos povos indígenas locais.

Nessa perspectiva, é importante salientar a necessidade da formação continuada de todo e qualquer profissional, o que vale, certamente, com muita propriedade para o professor, pelas peculiaridades de seu trabalho árduo ao lidar constantemente com a construção do conhecimento e com a formação cidadã e ética.

Nesse contexto educacional a formação continuada surge para suprir as lacunas deixadas pelos livros didáticos, para que isso aconteça é preciso inserir novos paradigmas educacionais e recursos didáticos para a construção do conhecimento. Com isso, não queremos afirmar que a ênfase deva ser dada apenas para inserção de novos métodos e técnicas pedagógicos, todavia, sabemos que a mudança deve acontecer a partir da reflexão da prática docente, a ênfase nos cursos de formação continuada deve ser a da ação e reflexão, pois apenas quando o professor enxergar a necessidade da implementação de novas abordagens de aprendizagem o sucesso escolar acontecerá.

Referências:

BRASIL, **Câmara de Educação Básica**. Resolução nº 5, de 22 de Junho de 2012.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais** – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais de geografia / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Plano Nacional de Educação Lei 13.005 de 25 de Junho de 2014**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> >. Acesso em: 10 de Junho de 2015.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> Acesso em: 05 de Outubro de 2015.

CALLAI, H. C. Apresentação. In: CALLAI, H. C (Org). **Educação geográfica: reflexão e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

CARLOS, Ana Fani A. **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2000.

CHIZZOTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista portuguesa de educação, año/vol. 16, número 002. Universidade de Minho. Braga, Portugal. 2003, pp-221-236. Disponível em < http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf>. Acesso em janeiro de 2015.

FERREIRA, A. B. de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática da liberdade.** 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 1986

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999.

PEREIRA, Sílvia Regina. **Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **Politiche Geographie.** Osnabruck, Otto Zeller Verlag. 1974.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Leituras do conceito de território e de processos espaciais.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
CURSO DE GEOGRAFIA
ALUNO: JOSILDO DOS SANTOS SILVA

QUESTIONÁRIO (A ser aplicado com os professores)

1- Qual a sua escolaridade?

- () Nível Médio (magistério)
- () Superior incompleto
- () Superior completo
- () Especialização
- () Mestrado
- () Doutorado

2- Gênero () Masculino () Feminino

3- Faixa etária () Até 24 anos () 25 a 35 () 36 a 46 () 47 a 57 () 58
ou mais

4- Você trabalha na escola há quanto tempo?

Até 5 anos () 5 a 10 anos () 11 a 16 anos () 17 a 21 anos () 22 anos
acima

5- Você trabalha em sala de aula o conceito de Território? () Sim () Não. Se
respondeu sim como você trabalha?

6- Que palavras-chaves você utiliza para discutir o conceito de Território?

7- O livro didático de geografia adotado por essa escola lhe ajuda na implementação do conceito de Território? () Sim () Não

8- Como o livro didático de geografia aborda o conceito de Território?

9- Marque um (x) nos recursos didáticos utilizados por você na implementação do conceito de Território.

- () Mapas
- () Projeção de documentários e/ ou vídeos.
- () Softwares
- () Aula de campo
- () Debates
- () Aula explicativa
- () Atividade no livro didático
- () Outros _____

Obrigado!